



Há vinte e nove anos seria difícil pensar que o futuro da Medicina Dentária Portuguesa se direccionasse no sentido da realidade que hoje vivemos.

Nessa época existia a Ordem dos Médicos, por nós, Médicos Dentistas, vista como uma catedral de acolhimento duma nova classe incapaz de se conhecer a sai própria e existia a Sociedade Portuguesa de Estomatologia de onde saiam as iniciativas científicas e de formação contínua, de que os especialistas em Estomatologia beneficiavam.

De relevo, poderemos citar o Congresso Anual da SPE e a Revista (esta onde hoje escrevo).

Hoje, existe a Ordem dos Médicos Dentistas que vai correspondendo aos anseios de classe dos profissionais que acolhe e a SPEMD, criada por alargamento da Sociedade Portuguesa de Estomatologia aos Médicos Dentistas.

Para além disso há sete Faculdades e mais não sei quantos projectos de outras, cinco mil profissionais, pouco menos de dez milhões de Portugueses.

Mantém-se quase intocável a estrutura do Sistema Nacional de Saúde no que toca à Saúde Oral e mantém-se quase intocável (se é que não regrediu) a mentalidade daqueles que têm a obrigação de decidir sobre o assunto.

Entretanto, o número de Médicos Dentistas vai crescendo exponencialmente e as perspectivas de vida dos novos profissionais vão desvanecendo assustadoramente.

Chegamos ao cúmulo de obrigar os Portugueses que não tem dinheiro para a consulta, a pagar a formação dos jovens licenciados que são obrigados a emigrar.

É curioso e irónico que Portugal, País altruísta mas pobre, iniciou uma curiosa campanha internacional de subvenção do sistema nacional de saúde inglês e, como isso não bastasse, estendem já essa campanha à Finlândia.

Ambos os Países (e outros se seguirão) recebem Médicos Dentistas licenciados no nosso País, ansiosos por poder iniciar a sua vida profissional.

Já não chegava pagar os estágios de Especialidade Hospitalar a Médicos Espanhóis!

Significa isto que os profissionais competentes, que formamos em Portugal, são obrigados a emigrar restando por cá os que, antes deles, tiveram a sorte de preencher as necessidades do País e, infelizmente, também aqueles que “vendem” o seu trabalho proporcionalmente à sua competência nula (os ilegais).

Será que esta realidade não é a imagem do País que temos?

Será que ainda somos capazes de reagir?

Ou será que continuaremos a ver alargado o *numerus clausus* das Faculdades, a ver expandido a rede de novos cursos de Medicina Dentária e afins, a assistir à estagnação ou retrocesso das políticas de saúde pública e, sobretudo, à manutenção da incompetência das pessoas que, na função pública, são responsáveis pelas propostas de organização do sistema de prestação de cuidados de saúde oral aos portugueses?

Após estes vinte e nove anos em que participei na luta para melhorar o estado das coisas quase me apetece dizer que nos resta apenas o apelo a nossa condição de Povo do Mundo.

Emigraremos sim para os Países que nos são afins e de que nós necessitamos.

A abertura aos Países Lusófonos ao preceituado no Processo de Bolonha e a proposta para que o futuro estágio (actual 6º ano das Faculdades) possa ser cumprido nesses estados poderá criar as condições para que os nossos licenciados possam exercer a sua actividade condignamente.

É provável que no próximo quarto de século até eles nos tenham ultrapassado.

Pelo menos participaremos nisso!

Manuel Fontes de Carvalho